



MISSÃO
CFC

Bizus de CPCs

ESTRATÉGIA CFC

BIZU ESTRATÉGICO DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (EXAME CFC)

Olá, prezado aluno. Tudo certo?

Neste material, traremos uma seleção de *bizus* da disciplina de **Pronunciamentos Contábeis** para o Exame CFC.

O objetivo é proporcionar uma revisão rápida e de alta qualidade aos alunos por meio de tópicos que possuem as maiores chances de incidência em prova.

Todos os *bizus* destinam-se a alunos que já estejam na fase bem final de revisão (que já estudaram bastante o conteúdo teórico da disciplina e, nos últimos dias, precisam revisar por algum material bem curto e objetivo).

Esse *bizu* foi elaborado com base nos cursos do Exame do CFC dos Professores **Júlio Cardozo, Luciano Rosa e Gilmar Possati**.

Estrutura Conceitual (CPC 00)

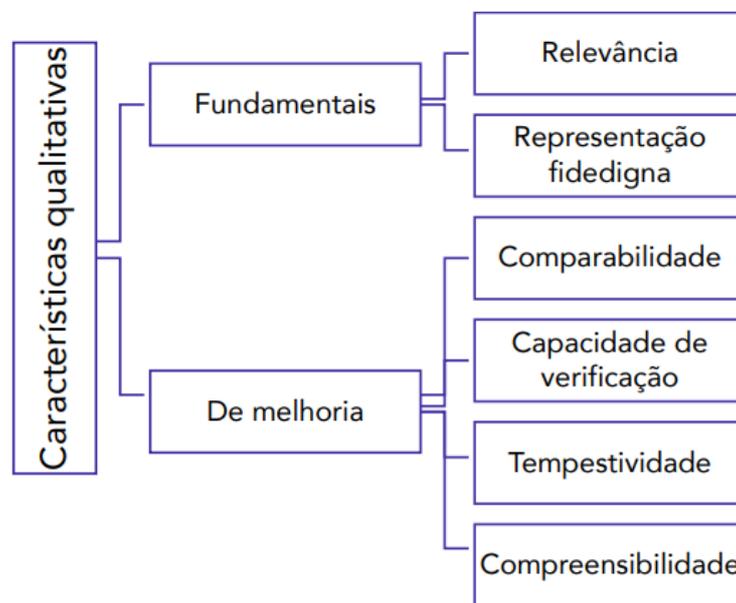
1) Características Qualitativas Fundamentais

- **Relevância:** capacidade de fazer **diferença nas decisões tomadas** pelos usuários, ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes. **Materialidade** é um aspecto da relevância.
 - Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem **valor preditivo** ou **valor confirmatório** (feedback), ou ambos.
- **Representação fidedigna:** informação **completa, neutra e isenta de erros**. Princípio da essência sobre a forma.

2) Características Qualitativas de Melhoria

- As informações financeiras devem ser **úteis**, elas devem ser **relevantes e representar fidedignamente** aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem **comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis**.
- As características qualitativas de melhoria **não podem tornar informações úteis se essas informações forem irrelevantes ou não fornecerem representação fidedigna**. Algumas vezes, certa característica qualitativa de melhoria pode ter de ser diminuída para maximizar outra, são elas:
 - **Comparabilidade:** permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre, no mínimo, duas informações sobre entidades diferentes ou sobre períodos diferentes da mesma entidade.
 - Consistência proporciona a comparabilidade.
 - **Comparabilidade não é igual a uniformidade.**

- **Verificabilidade:** diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.
- **Tempestividade:** disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões.
- **Compreensibilidade:** classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis. **Não significa omitir informações complexas**, posto que tornaria as demonstrações incompletas.



3) Elementos das Demonstrações Contábeis

- **Ativo** é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
 - Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.
 - Controle ≠ Propriedade.
- **Passivo** é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

- Obrigação pode ser legal ou presumida (formalizada ou não formalizada).
- **Patrimônio Líquido** é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.
- **Receitas** são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio (aportes de capital pelos sócios).
- **Despesas** são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio (distribuições aos sócios).

4) Critérios de Reconhecimento

- Um item que se enquadre nas definições (ativo ou passivo) deve ser reconhecido se:
 - for **provável que algum benefício econômico futuro** associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
 - o item tiver custo ou valor que possa ser **mensurado com confiabilidade**.

5) Bases de Mensuração

- **Custo histórico**:
 - Custo histórico do ativo: valor dos **custos incorridos na aquisição** ou criação do ativo. Contraprestação paga + custos de transação.
 - Custo histórico do passivo: valor da **contraprestação recebida** para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação.

- **Valor justo:** preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em **transação não forçada entre participantes do mercado** na data de mensuração. Não reflete os custos de transação.
- **Valor em uso (ativos):** valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso de ativo e sua alienação final.
- **Valor de cumprimento (passivos):** valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.
- **Custo corrente:** custo do ativo ou valor da contraprestação recebida pela assunção do passivo equivalentes na **data de mensuração**.

Resumo das bases de mensuração

Base de mensuração	Entrada ou saída?	Observável no mercado?	Específica à entidade?
Custo histórico	Entrada	Geralmente observável	Sim
Valor Justo	Saída	Sim	Não
valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos	Saída	Não	Sim
Custo Corrente	Entrada	Sim	Sim

6) Princípios Contábeis

- **Entidade:** **autonomia patrimonial**. Necessidade da diferenciação entre o patrimônio da entidade e o patrimônio dos sócios.
- **Continuidade:** pressupõe que a entidade **continuará em operação** no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- **Competência:** os efeitos das transações e outros eventos devem ser **reconhecidos nos períodos a que se referem**, independentemente do recebimento ou pagamento.
- **Oportunidade:** mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais visam a produção de **informações íntegras e tempestivas**.

- **Registro pelo Valor Original:** componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
- **Prudência:** adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas. Segundo o CPC 00 (R2), está em consonância com a neutralidade, pois não significa subavaliação de ativos ou superavaliação de passivos.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01)

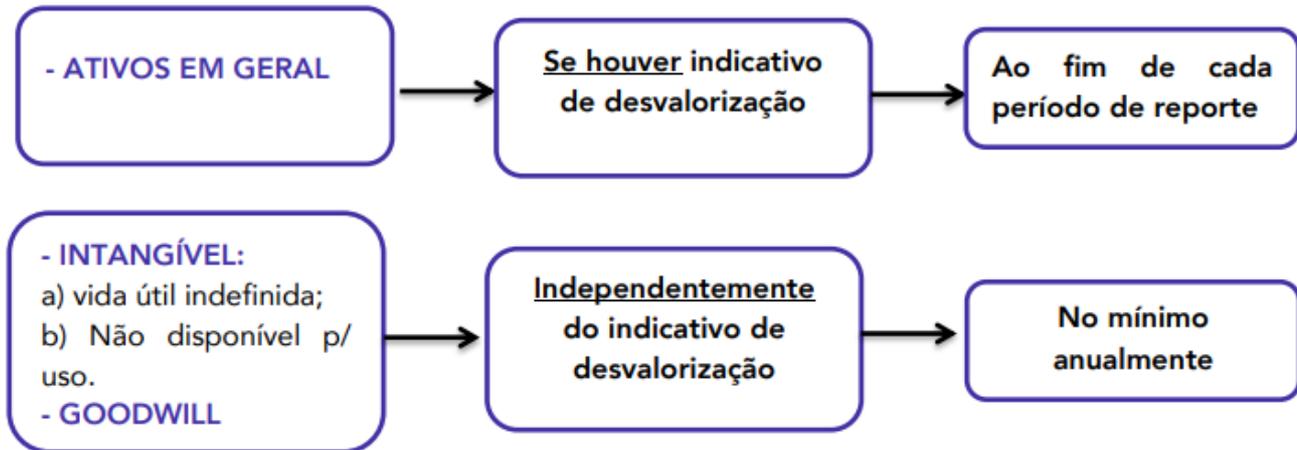
7) Aspectos Introdutórios

- O **Teste de Recuperabilidade de Ativos** (Impairment Test) está previsto no Art. 183, §3º da Lei nº 6.404/76.
- A Lei nos indica duas finalidades do teste:
 - registrar as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor;
 - revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.
- Essas duas finalidades nos indicam duas hipóteses de aplicação do teste de recuperabilidade, as quais estão destacadas no quadro abaixo:

Hipótese	Objetivo
Interrupção das Atividades	Registrar as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.
Determinação da vida útil econômica	Revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

8) Periodicidade

REALIZA-SE O TESTE DE RECUPERABILIDADE...



9) Teste de Recuperabilidade

- O teste de recuperabilidade (*impairment*) consiste no confronto entre o valor contábil de um ativo com seu valor recuperável.
- O valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- O valor recuperável, por sua vez, é definido como o maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo.
- O valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em condições normais envolvendo partes conhecedoras e independentes, deduzido das despesas necessárias para que essa venda ocorra.
- O valor em uso de um ativo é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (benefícios econômicos futuros esperados do ativo) decorrentes do seu emprego ou uso nas operações da entidade.
- A entidade deve reconhecer uma **perda por desvalorização** de um ativo no resultado do período apenas se o valor contábil desse ativo for superior ao seu valor recuperável

Se Valor Contábil > Valor Recuperável = Perda por

- Nessa situação, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. A perda por desvalorização a ser reconhecida no resultado do período é

mensurada com base no montante em que o valor contábil do ativo supera seu valor recuperável.

- A contabilização da perda é a seguinte:

D – Perda por desvalorização (despesa: resultado)

C – Perda estimada por valor não recuperável (retificadora do ativo)

10) Indicadores da Desvalorização do Ativo

- Nos termos do CPC 01, ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

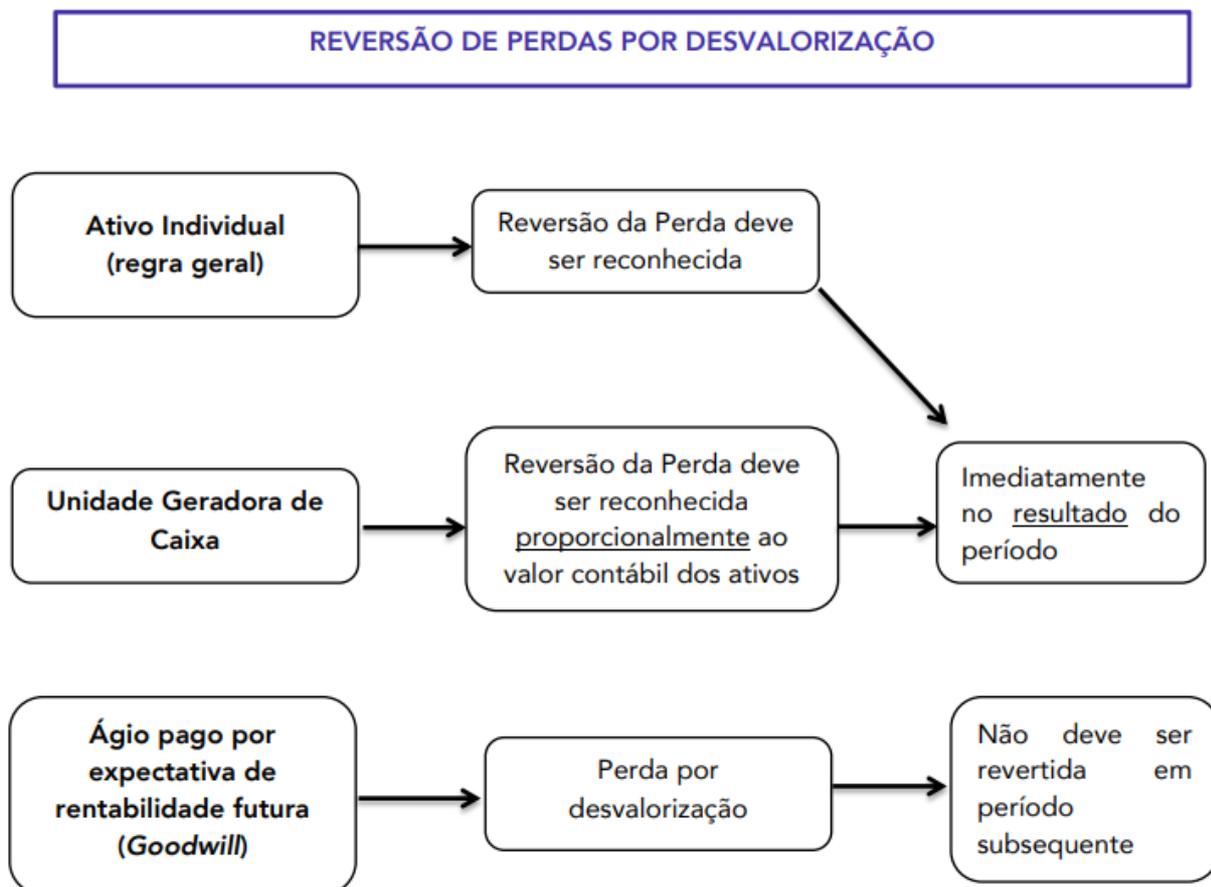
Fontes Externas	Fontes Internas
Há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.	Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo.
Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram ou ocorrerão, no ambiente tecnológico, de <u>mercado</u> , econômico ou legal.	Mudanças significativas , com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram ou ocorrerão, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado* .
As taxas de juros de <u>mercado</u> ou outras taxas aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo.	Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.
O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no <u>mercado</u> .	

* Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para

baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida.

- **Observação:** A relação acima não é exaustiva. A entidade pode identificar outras indicações ou fontes de informação de que um ativo pode ter se desvalorizado, exigindo que a entidade determine o seu valor recuperável ou, no caso do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), proceda ao teste de recuperação.

11) Reversão de Perda por Desvalorização para Ativo Individual



Ativos Intangíveis (CPC 04)

12) Alcance

- O CPC 04 se aplica a todos os ativos intangíveis de um modo geral.
- **Exceções:** ativos financeiros; ativos advindos da exploração e avaliação de recursos minerais; gastos com desenvolvimento e extração de minerais, óleo, gás natural e recursos naturais não renováveis similares; ativos intangíveis mantidos por uma entidade para venda no curso ordinário dos negócios; ativos fiscais diferidos; arrendamentos mercantis; ativos advindos de planos de benefícios a empregados; ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) adquirido em combinação de negócios; custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de seguradora; ativos intangíveis não circulantes classificados como mantidos para venda.

13) Definição

- **Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.**
- **Não Monetário:** não deve ser representado por dinheiro ou por direitos que gerem dinheiro.
- **Identificável:** um ativo intangível é identificável quando **for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.**
- **Sem substância física:** o ativo intangível deve ser incorpóreo/imaterial.

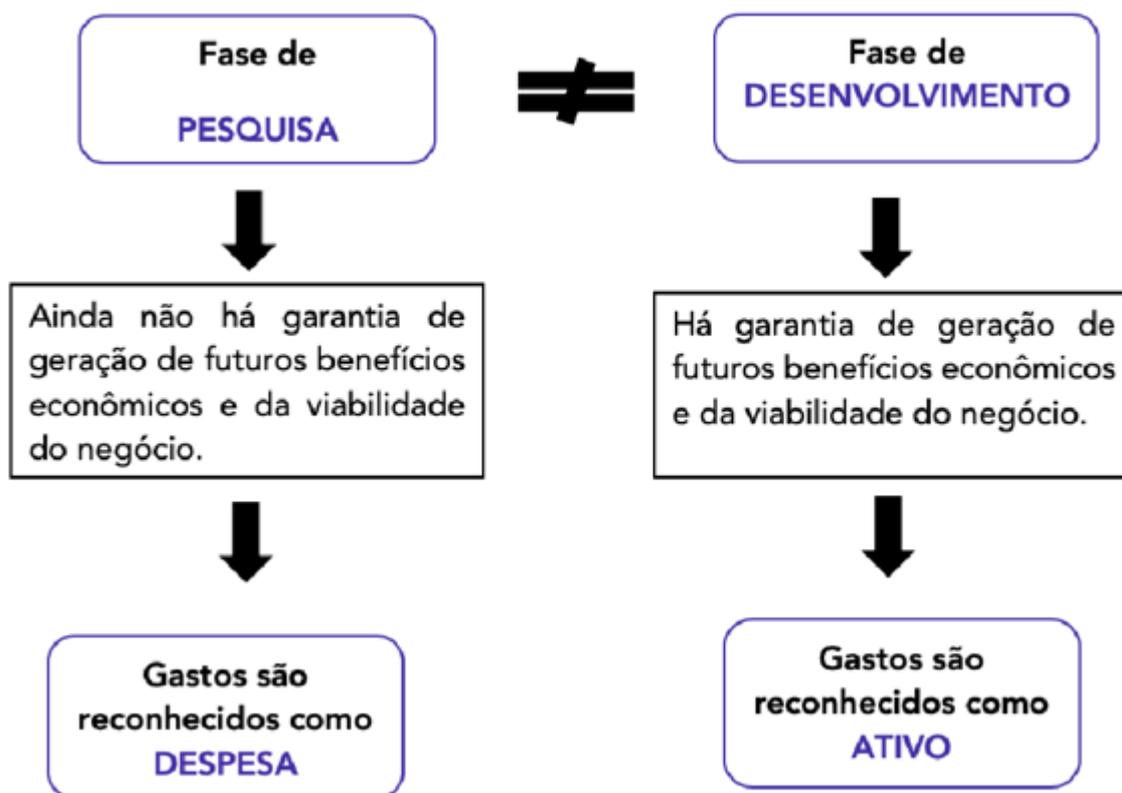
14) Critérios de Reconhecimento

- **Atender à definição** de ativo intangível (ser não monetário, ser identificável, não possuir substância física); e
- **Atender aos critérios de reconhecimento** de ativos:
 - Provável geração de benefícios econômicos futuros; e
 - Mensuração confiável.

15) Ativos intangíveis gerados internamente

- **O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo** porque não é um recurso identificável (ou seja, não é separável nem advém de direitos contratuais ou outros direitos legais) controlado pela entidade que pode ser mensurado com confiabilidade ao custo.

ATIVO INTANGÍVEL GERADO INTERNAMENTE



- O custo de ativo intangível gerado internamente se restringe à soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento que estudamos.
- O custo de ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

Custos diretamente atribuíveis a ativos intangíveis gerados internamente (exemplos)

Gastos com materiais e serviços consumidos ou utilizados na geração do ativo intangível;

Custos de benefícios a empregados relacionados à geração do ativo intangível;

Taxas de registro de direito legal; e

Amortização de patentes e licenças utilizadas na geração do ativo intangível.

Não fazem parte do custo de ativo intangível gerado internamente

gastos com vendas, administrativos e outros gastos indiretos, exceto se tais gastos puderem ser atribuídos diretamente à preparação do ativo para uso;

ineficiências identificadas e prejuízos operacionais iniciais incorridos antes do ativo atingir o desempenho planejado; e

gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo.

16) Mensuração

- **Lei n. 6.404/76:** os direitos classificados no intangível são avaliados pelo **custo incorrido** na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;
- CPC 04: "Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo".
Posteriormente...
- **Método de Custo** ou Método de Reavaliação (no Brasil não é permitido). Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada.

VIDA ÚTIL

- A entidade deve avaliar se a vida útil de ativo intangível é **definida** ou **indefinida**.
- A entidade deve atribuir **vida útil indefinida** a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.
- A contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil. **Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.**

Ativo intangível com vida útil INDEFINIDA → NÃO deve ser amortizado.
Ativo intangível com vida útil DEFINIDA → DEVE ser amortizado.

17) Ativo intangível com vida útil definida

Amortização

- **Início da amortização:** A amortização deve ser iniciada **a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso**, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.
- **Término da amortização:** A amortização deve cessar na **data em que o ativo é classificado como mantido para venda** ou incluído em um grupo de ativos classificado

como mantido para venda ou, ainda, na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro.

- Métodos de Amortização
 - Método Linear (método de linha reta);
 - Método dos Saldos Decrescentes; e
 - Método de Unidades Produzidas.

18) Ativo Intangível com vida útil indefinida

- **Vida Útil Indefinida: NÃO** amortiza
- No entanto, seguindo a orientação do CPC 01, a entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil **anualmente** e sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.
- A vida útil de ativo intangível que não é amortizado deve ser revisada periodicamente.
- A mudança na avaliação de vida útil de indefinida para definida deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

19) Baixa e Alienação

- O ativo intangível deve ser **baixado**:
 - por ocasião de sua **alienação**; ou
 - quando não são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

Ganho/Perda = Valor Líquido da Alienação – Valor Contábil

- Esses **ganhos ou perdas devem ser reconhecidos no resultado** quando o ativo é baixado, mas os ganhos não devem ser classificados como receitas de venda.

CPC 16 – ESTOQUES

20) Noções iniciais

- O CPC 16 destaca os seguintes conceitos, os quais costumam ser exigidos em prova:
 - ✓ **Estoques** são ativos:
 - (a) mantidos para venda no curso normal dos negócios;
 - (b) em processo de produção para venda; ou
 - (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

- **Nos termos do CPC 16**, os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas por um varejista para revenda ou terrenos e outros imóveis para revenda. Os estoques também compreendem produtos acabados e produtos em processo de produção pela entidade e incluem matérias-primas e materiais aguardando utilização no processo de produção, tais como: componentes, embalagens e material de consumo. No caso de prestador de serviços, os estoques devem incluir os custos do serviço, [...] para o qual a entidade ainda não tenha reconhecido a respectiva receita.

- **Valor realizável líquido** valor que a entidade espera receber pela venda do estoque;
- **Valor Justo** preço pelo qual ocorreria a venda do estoque no mercado

21) Mensuração de Estoque

Custos de Aquisição
Preço de Compra
(+) impostos não recuperáveis
(+) custos de transporte (frete), seguro, manuseio
(+) outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços
(-) Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes
(-) Impostos recuperáveis
Custos de Transformação
Custos diretamente relacionados com as unidades produzidas
(+) alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados

Itens não incluídos no custo dos estoques (reconhecidos como despesa)

Valor anormal de desperdício

Gastos com armazenamento, a menos que sejam necessários ao processo produtivo

Despesas administrativas que não contribuem para trazer o estoque ao seu local e condição atuais

Despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.

- **Custos de estoque de prestador de serviços** ☐ Na medida em que os prestadores de serviços tenham estoques de serviços em andamento, devem mensurá-los pelos custos da sua produção. **Esses custos consistem principalmente em mão-de-obra e outros custos com o pessoal diretamente envolvido na prestação dos serviços, incluindo o pessoal de supervisão, o material utilizado e os custos indiretos atribuíveis.** Os salários e os outros gastos relacionados com as vendas e com o pessoal geral administrativo não devem ser incluídos no custo, mas reconhecidos como despesa do período em que são incorridos. **O custo dos estoques de prestador de serviços não inclui as margens de lucro nem os gastos gerais não atribuíveis que são frequentemente incluídos nos preços cobrados pelos prestadores de serviços.**
- **Outras formas para mensuração do custo** ☐ Outras formas para mensuração do custo de estoque, tais como o **custo-padrão** ou o **método de varejo**, podem ser usadas por conveniência se os resultados se aproximarem do custo.
- O custo-padrão leva em consideração os níveis normais de utilização dos materiais e bens de consumo, da mão-de-obra e da eficiência na utilização da capacidade produtiva.
- O método de varejo é muitas vezes usado no setor de varejo para mensurar estoques de grande quantidade de itens que mudam rapidamente, itens que têm margens semelhantes e para os quais não é praticável usar outros métodos de custeio.

Vamos ficando por aqui.

Esperamos que tenha gostado do nosso Bizu!

Bons estudos!